

Práticas corporais, justiça social e Educação Física: análise de experiências de docentes da educação básica

RESUMO

O objetivo desse estudo foi analisar como os(as) professores(as) de Educação Física sistematizaram experiências político-pedagógicas na educação básica em que a relação entre as desigualdades socioeconômicas e as práticas corporais foram problematizadas com o intuito de buscar a justiça social. Foram analisados 22 relatos de experiências educativas, publicados entre os anos 2009 e 2020, em três periódicos científicos indexados no *qualis* da Educação Física, além de oito livros que apresentaram capítulos sobre o tema. O material empírico foi submetido à análise cultural. Ao tematizar os jogos eletrônicos, spinner, jogos de tabuleiro, jogos tradicionais, jogos de carta, ioga, boliche, skate, futebol, tênis, rap, hip hop, taco, realização de megaeventos esportivos no Brasil e os espaços de lazer existentes nas comunidades, os(as) docentes tensionaram as desigualdades socioeconômicas que atravessam essas manifestações da cultura corporal, problematizando os saberes historicamente construídos pela humanidade a respeito dessas temáticas durante as aulas do componente curricular.

PALAVRAS-CHAVE: Educação física escolar;
Experiências pedagógicas; Justiça social

Daniel Teixeira Maldonado

Doutor em Educação Física
Instituto Federal de São Paulo,
Departamento de Educação,
Jacareí, Brasil

danielmaldonado@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-0420-6490>

Marcos Garcia Neira

Doutor em Educação
Universidade de São Paulo, Faculdade de
Educação, São Paulo, Brasil

mgneira@usp.br
<http://orcid.org/0000-0003-1054-8224>

Body practices, social justice and Physical Education: analysis of the experiences of teachers in basic education

ABSTRACT

The aim of this study was to analyse how Physical Education teachers systematized political-pedagogical experiences in Basic Education in which the relationship between socioeconomic inequalities and body practices was problematized in order to seek social justice. 22 reports of educational experiences, published between the years 2009 and 2020, were analysed in three scientific journals indexed in the Physical Education qualifications, in addition to eight books that presented chapters on the theme. The empirical material was subjected to cultural analysis. By focusing on electronic games, spinners, board games, traditional games, card games, yoga, bowling, skateboarding, football, tennis, rap, hip hop, stickball, holding mega sporting events in Brazil and the existing leisure spaces in the communities, the teachers tensioned the socioeconomic inequalities that cross these manifestations of corporal culture, problematizing the knowledge historically constructed by humanity regarding these themes during the classes of the curricular component.

KEYWORDS: School physical education; Pedagogical experiences; Social justice

Práticas corporales, justicia social y Educación Física: análisis de las experiencias de los docentes de educación básica

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue analizar cómo los docentes de Educación Física sistematizaron experiencias político-pedagógicas en Educación Básica en las que se problematizaba la relación entre desigualdades socioeconómicas y prácticas corporales con el fin de buscar la justicia social. Se analizaron veintidós informes de experiencias educativas, publicados entre 2009 y 2020, en tres revistas científicas indexadas en los títulos de Educación Física, además de ocho libros que presentaban capítulos sobre el tema. El material empírico fue sometido a análisis cultural. Al tematizar juegos electrónicos, spinner, juegos de mesa, juegos tradicionales, juegos de cartas, yoga, bolos, patineta, fútbol, tenis, rap, hip hop, club, megaeventos deportivos en Brasil y los espacios de esparcimiento existentes en las comunidades, los maestros tensó las desigualdades socioeconómicas que permean estas manifestaciones de la cultura corporal, problematizando el conocimiento históricamente construido por la humanidad sobre estos temas durante las clases del componente curricular.

PALABRAS-CLAVE: Educación física escolar; Experiencias pedagógicas; Justicia social

INTRODUÇÃO

A conquista de direitos sociais vem se intensificando desde meados do século XIX por influência de movimentos populares e de trabalhadores(as), que exigiram a democratização do poder político, econômico e social. Essa luta por direitos buscou garantir um estado de bem estar-social e de igualdade material, destacando-se entre eles, a liberdade de trabalho, salário mínimo, jornada laboral de oito horas, descanso semanal remunerado, férias, igualdade de salários para trabalhos iguais, liberdade sindical, fazer greve, seguridade social, educação, habitação, lazer, cultura, paz e preservação do meio ambiente (BEDIN, 2014).

Todos esses direitos possuem um interesse coletivo e sinalizam para a necessidade de superação da estrutura tradicional do Estado, com enfoque para a diminuição das desigualdades. Apesar de evidente a expansão dos direitos da cidadania nos últimos duzentos anos, Bedin (2014) chama a atenção para o grande desafio contemporâneo: buscar condições políticas e econômicas favoráveis para colocar em prática os direitos já consagrados na legislação, além de lutar pela sua manutenção.

Todavia, no Brasil, quase sempre as mudanças sociais estiveram sob o controle monopolizado de interesses antissociais e autoritários, explicando como um país com séculos de existência registrou cerca de 50 anos de regimes políticos democráticos, sendo o mais longo aquele que se iniciou em 1985, após uma sangrenta ditadura militar (GUERRA et al., 2014).

A agenda republicana brasileira manteve, produziu e reproduziu uma vergonhosa desigualdade social herdada do passado. Esse triste fenômeno ocorre por diferentes questões, tais como a desigualdade econômica de renda, a desigualdade de oportunidades, a desigualdade regional, a desigualdade racial e de gênero, a desigualdade de geração e a desigualdade social presente no acesso da população a serviços básicos de saúde, educação, moradia, transporte e lazer (SCHWARCZ, 2019).

A desigualdade social afeta, de forma alarmante, os países de passado colonial, já que nesses locais costumam existir poucas oportunidades de emprego, investimentos discretos nas áreas sociais e baixo estímulo ao acesso de bens culturais. Além disso, especificamente no Brasil, a herança da escravidão tornou o país ainda mais desigual, no qual poucas pessoas monopolizaram a riqueza e o poder, enquanto uma parcela considerável da população não teve direito à remuneração, liberdade de ir e vir e educação. Nesse contexto, mão de obra escravizada, divisão latifundiária das terras, corrupção das elites e patrimonialismo explicam, em grande medida, os motivos que construíram a realidade social brasileira (SCHWARCZ, 2019).

Na interpretação de Souza (2018a), consolidou-se no Brasil um padrão desigual gigantesco que reproduz de outras formas a antiga sociedade escravocrata, por meio de mecanismos invisíveis de um apartheid social, pelo processo específico de socialização familiar e escolar de determinadas classes sociais as quais têm garantido o acesso aos conhecimentos mais valorizados na sociedade capitalista, o que faz reproduzir privilégios sob o discurso da meritocracia.

Essa condição perpetua melhores salários, reconhecimento e prestígio social para o segmento social que possui acesso ao capital cultural. O capital econômico, portanto, não pode ser a única questão que determina as diferenças entre as classes sociais, já que estabelece uma aliança com a transmissão do capital cultural valorizado pelo sistema neoliberal. Existem, de um lado, as classes que monopolizam esses conhecimentos e garantem as melhores oportunidades e, de outro, as classes condenadas ao trabalho semiqualficado e desqualificado (SOUZA, 2018a).

Enquanto os(as) filhos(as) das classes populares são obrigados, desde a adolescência, a trabalhar e estudar para ajudar na subsistência familiar, inviabilizando as condições requisitadas para acessar os conhecimentos valorizados pelo sistema neoliberal, os(as) jovens da classe média e das elites se dedicam apenas aos estudos, privilégio que desmascara o discurso da meritocracia. Além disso, heranças invisíveis ampliam a desigualdade, como a capacidade de concentração, a percepção da leitura como atividade a ser estimulada, a autodisciplina e o autocontrole, a possibilidade de desenvolver a abstração e a prospecção, passadas de geração a geração. Entretanto, nas classes mais populares, se reproduz, em muitos casos, práticas de exclusão, exploração, humilhação e abandono (SOUZA, 2018a).

Essa realidade acaba explicando a enorme quantidade de preconceitos construídos no sistema capitalista. Nos países socialmente mais igualitários, a diferença salarial é menor, a maioria da população possui acesso à saúde e educação de qualidade, além de ser respeitada pelos agentes de segurança pública. Dessa forma, todos e todas podem sonhar com uma vida mais digna. Já no Brasil e nos territórios mais desiguais, as pessoas com menor renda e acesso ao estado de bem-estar social acabam sendo tratadas como “subgente”, sendo muitas vezes desrespeitadas por todos os lados (SOUZA, 2018a).

Souza (2018b) aponta para a necessidade de repensar o Brasil sem usar as explicações racistas contra o povo brasileiro, que muitas vezes são produzidas por uma parcela dos intelectuais e pela mídia. Para isso acontecer, é preciso reconhecer a desigualdade social do país e suas mazelas, como a produção de uma espécie de subcidadania permanente em que a parte mais pobre da população vive diariamente, resultante de um processo histórico que impossibilitou os aprendizados sociais e políticos decisivos para a ascensão social no sistema neoliberal, acompanhado da naturalização da desigualdade pela sutil violência da ideologia da meritocracia.

A educação pública brasileira expandiu-se em meio a essa conjuntura desfavorável graças à mobilização popular para que os(as) filhos(as) da classe trabalhadora também tivessem acesso à escola. Por conta disso, apenas na década de 1980, após a promulgação da Constituição de 1988, que a nação se comprometeu com a democratização do ensino público para todas as classes sociais no Brasil (BEISEGEL, 2005; CAMPOS, 1989; LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012; SPOSITO, 1984).

Todavia, em concordância com Torres Santomé (2013a), apontamos a necessidade dos professores e das professoras estarem dispostos a questionar em que medida os conhecimentos culturais que selecionam ajudam a preservar os interesses de determinados grupos hegemônicos e construir, por consequência, relações de poder que favorecem as classes dirigentes, em vez de promover aprendizados que possam ampliar a leitura de mundo dos alunos e das alunas em contextos de ensino e aprendizagem democráticos.

Um currículo que busca justiça social deve levar em consideração que as ações realizadas em sala de aula precisam respeitar e atender às necessidades e urgências dos grupos que coabitam a sociedade, ajudando a todos e todas a se tornarem corresponsáveis por um projeto de intervenção sociopolítico amplo, que pretende construir um mundo mais humano, justo e democrático, contemplando aspectos como inclusão, representação, reconhecimento e a valorização das pessoas de diferentes culturas que se fazem presentes nas escolas e na sociedade (TORRES SANTOMÉ, 2013a).

Portanto, para lutar por uma educação democrática que efetivamente possibilite a leitura crítica de mundo das classes menos favorecidas sobre os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, os professores e professoras precisam reconhecer que o ato educativo é político, se posicionando sempre a favor dos grupos oprimidos na sociedade capitalista (FREIRE, 2014; 2015).

Na esteira da democratização do ensino e da luta por direitos sociais, a Educação Física também vai sendo transformada, principalmente quando as Ciências Sociais e Humanas passam a fazer parte da produção acadêmica da área e com o fim da ditadura militar (MARCASSA; ALMEIDA JÚNIOR; NASCIMENTO, 2021; STTIGER, 2015).

Nesse contexto, currículos acrícos da Educação Física (desenvolvimentista, psicomotor, esportivista e saúde renovada) passam a ser tensionados por pesquisadores, pesquisadoras, professores e professoras como aqueles que apenas reproduzem as desigualdades socioeconômicas existentes (BRACHT, 1999) e outras propostas didático-pedagógicas da Educação Física, inspiradas pela teorias curriculares críticas e pós-críticas (crítico-superador, crítico-emancipatório e cultural),

são colocadas em evidência na literatura, modificando a função social do componente na educação básica (AGUIAR; NEIRA, 2016).

Neira (2008), ao defender uma perspectiva multicultural da Educação Física, aponta a importância do reconhecimento e valorização das diferenças, superando processos discriminatórios de opressão e injustiça social nas práticas pedagógicas organizadas pelos professores e pelas professoras do componente, principalmente quando eles e elas assumem o compromisso de formar identidades culturais democráticas em sintonia com a diversidade cultural da sociedade, rompendo com a tradição da área elitista, excludente, classificatória e monocultural, além de assumir os princípios pedagógicos de inclusão, diálogo, reconhecimento, diferença e equidade.

Em diálogo com Bossle, Bossle e Neira (2016), os educadores e as educadoras de Educação Física que buscam desvelar a relação entre os ditames econômicos da sociedade e as práticas corporais, procuram construir uma didática de equidade, pois planejam as atividades de ensino desenvolvidas de maneira com que os(as) estudantes de diversos grupos sociais se vejam representados nos temas abordados, possibilitando, dessa forma, que todos e todas possam experimentar a equidade educacional e o reforço do seu poder no interior da escola.

Portanto, para que o tema da justiça social seja devidamente enfrentado nas aulas de Educação Física, as professoras e os professores precisam se posicionar como intelectuais transformadores, reconhecendo que a educação não é neutra e refletir juntamente com os(as) estudantes sobre as injustiças sociais, políticas e econômicas que atravessam as práticas corporais e se manifestam em diferentes formas de linguagens (BOOSLE, 2018; COELHO; MALDONADO; BOSSLE, 2021), potencializando uma ecologia de saberes contra hegemônicos sobre as danças, lutas, ginásticas, esportes e brincadeiras nos projetos educativos desenvolvidos nas escolas (MALDONADO; FARIAS; NOGUEIRA, 2021).

A pergunta que fica é se o sistema educativo e a Educação Física, como componente curricular obrigatório da Educação Básica, têm contribuído para a construção de práticas político-pedagógicas que ajudem na redução das desigualdades e, por consequência, na conquista de justiça social.

Nesse cenário, o objetivo do presente estudo foi analisar como os professores e as professoras de Educação Física sistematizaram experiências político-pedagógicas que problematizaram a relação entre desigualdades socioeconômicas e práticas corporais com o intuito de buscar a justiça social.

MÉTODO

Os procedimentos metodológicos deste estudo foram organizados em diálogo com Meyer e Paraíso (2014), quando destacam a subjetividade do pesquisador em fazer perguntas, interrogar, construir problemas e adotar um conjunto de técnicas e instrumentos para a produção de informações, de acordo com estratégias de descrição e análise.

Dessa forma, esse manuscrito é um recorte de uma investigação mais ampla que analisou o trabalho relatado em 245 projetos educativos desenvolvidos nas aulas de Educação Física. A consulta mais dilatada foi realizada em 12 periódicos científicos e 25 livros, que foram selecionados após uma ampla análise de obras literárias e revistas científicas com tradição de publicar experiências político-pedagógicas de professores e professoras de Educação Física, publicadas entre os anos 2009 e 2020. A escolha intencional desse conjunto de produções alinhadas teórica-metodológica e epistemologicamente às teorias críticas e pós-críticas da Educação Física, foi o principal critério para a organização do material empírico. Deste farto material, a presente pesquisa selecionou 22 relatos de experiências educativas em que os(as) educadores(as) desenvolveram intervenções relacionadas às desigualdades socioeconômicas que atravessam as práticas corporais conforme se observa nos quadros 1 e 2.

Quadro 1 – Livros utilizados na realização da pesquisa.

Livros	Quantidade
NEIRA, Marcos Garcia. Escrevivências da Educação Física cultural . São Paulo: FEUSP, 2020.	1 capítulo
SOUSA, Cláudio Aparecido; NOGUEIRA, Valdilene Aline; MALDONADO, Daniel Teixeira. Educação Física Escolar e Paulo Freire : ações e reflexões em tempos de chumbo. Curitiba: CRV, 2019.	1 capítulo
NEIRA, Marcos Garcia. Educação Física cultural : relatos de experiência. Jundiaí (SP): Paco, 2018.	4 capítulos
NOGUEIRA, Valdilene Aline; MALDONADO, Daniel Teixeira; FARIAS, Uirá de Siqueira. Educação Física Escolar no Ensino Médio : a prática pedagógica em evidência 2. Curitiba: CRV, 2018.	1 capítulo
NEIRA, Marcos Garcia. Educação Física cultural : o currículo em ação. São Paulo: Labrador, 2017.	2 capítulos
NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mario Luiz Ferrari. Educação Física Cultural : por uma pedagogia da(s) diferença(s). Curitiba: CRV, 2016.	2 capítulos
NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. LIMA, Maria Emilia. Educação Física e culturas : ensaios sobre a prática – volume 2. São Paulo: FEUSP, 2014.	3 capítulos
NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. Praticando estudos culturais na Educação Física . São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2009.	1 capítulo
8 livros	15 capítulos

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 2 – Periódicos científicos utilizados na elaboração da pesquisa.

Periódicos Científicos	Quantidade
Revista Brasileira de Educação Física Escolar	4 artigos
Conexões: Educação Física, Esporte e Saúde	2 artigos
Cadernos de Formação RBCE	1 artigo
3 periódicos	7 artigos

Fonte: elaborado pelos autores.

Na busca realizada nos periódicos científicos, foram lidos todos os números publicados no período mencionado e selecionados os artigos que relatavam experiências pedagógicas na Educação Física. O procedimento adotado para os livros foi semelhante, já que todos os capítulos dessas obras foram observados e apenas os relatos de prática foram separados para a análise.

Os materiais foram submetidos à análise cultural (WORTMANN, 2007). Os pesquisadores e pesquisadoras que utilizam esse tipo de análise se interessam pelas práticas e produtos da cultura, elaborando novas histórias de acordo com as suas experiências de vida. Em diálogo com Wortmann (2007), foi conduzido um processo investigativo amplo com o compromisso de examinar as práticas culturais a partir do seu envolvimento com e no interior das relações de poder, teorizando e capturando as múltiplas determinações e inter-relações das forças históricas e formas culturais, garimpando os significados das experiências produzidas pelos professores e pelas professoras de Educação Física que lecionam na Educação Básica.

Ao detalhar como educadores e educadoras operam com os temas da desigualdade socioeconômica que atravessa as práticas corporais, descrevemos suas experiências, estabelecendo relações entre os textos em suas múltiplas ramificações, processos de produção, formas de funcionamento, além de demonstrar suas potencialidades (PARAÍSO, 2014).

JUSTIÇA SOCIAL E PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Tardou para que as questões de classe social fossem reconhecidas na esfera da política educacional e na organização da prática político-pedagógica. Atualmente, vivemos uma ofensiva econômica e ideológica neoliberal e neoconservadora percebida pelo mundo afora, principalmente na tentativa de silenciar esse debate (AU; APPLE, 2011).

Na perspectiva de Campton e Weiner (2011), a nomenclatura das políticas educacionais neoliberais que levam em conta o desempenho como forma de recompensa, o uso excessivo de testes padronizados, o controle, a privatização e a mudança no currículo rumo aos interesses dos negócios e dos empregadores, variam em cada contexto educacional, mas as políticas em si são mais ou menos uniformes ideologicamente. Assim, a educação é considerada como uma oportunidade potencial de mercado, sendo cobiçada pelas corporações em busca de lucro e controle do currículo.

Para resistir a essa realidade, em diálogo com Anyon (2011), defendemos que uma educação voltada à justiça social precisa problematizar com os(as) estudantes as injustiças que marcam a sociedade e limitam a potencialidade das suas vidas, estimulando-os a se envolverem com questões públicas que são parte da legítima luta política pela igualdade nas sociedades democráticas. Nesse contexto, é extremamente relevante debater sobre as desigualdades socioeconômicas que marcam a sociedade contemporânea na Educação Básica, na perspectiva que os(as) discentes possam analisar criticamente a realidade compreendendo como se produz e reproduz a desigualdade para que possam a ela se contrapor.

Especificamente na área de Educação Física, os períodos de redemocratização do Brasil, e após, de intensificação de políticas neoliberais, foram férteis para a emergência de teorias curriculares que problematizam as injustiças sociais, sendo intituladas crítico-superadora (SOARES et al., 1992), crítico-emancipatória (KUNZ, 2006) e cultural (NEIRA; NUNES, 2006; NEIRA; NUNES, 2009; NEIRA, 2019). É nesse contexto que o tema da justiça social ganha relevância e se torna palco de diversas experiências político-pedagógicas de docentes do componente curricular que lecionam para as crianças e jovens nas escolas brasileiras e se inspiram nessas propostas para sistematizar suas ações didáticas.

Com base na perspectiva cultural da Educação Física, as desigualdades socioeconômicas que perpassam as práticas corporais foram problematizadas pelo professor Everton em uma escola municipal de São Paulo, quando tematizou o boliche (IRIAS; LIMA, 2016). Como podemos observar no relato analisado, reflexões sobre o valor cobrado das pessoas que desejam vivenciar essa manifestação da cultura corporal nos shoppings da cidade foram realizadas, gerando um posicionamento crítico dos(das) estudantes sobre quem pode ou não realizar o esporte.

O tênis foi a prática corporal escolhida pelo professor Leandro para refletir com os alunos e alunas sobre a justiça social nas práticas corporais (SOUZA, 2017). Ao retratar os aspectos históricos que marcaram esse esporte e refletir sobre as características dos(das) tenistas, docente e estudantes conseguem analisar as barreiras econômicas que existem para pessoas com menor poder aquisitivo praticarem a modalidade.

Ao tematizar a ioga junto às turmas do Ensino Médio, em uma escola privada de São Paulo, o professor Alexandre possibilitou um debate sobre as relações socioeconômicas e de consumo que atravessam essa prática corporal, principalmente quando ofertada em academias com valores muito altos, desconsiderando toda a produção cultural que existe por trás da manifestação da cultura corporal (MAZZONI, 2009).

O professor Pedro também debateu com os alunos e as alunas as relações econômicas existentes nos videogames (BONETTO, 2017). Para problematizar as representações anunciadas, o professor refletiu com as turmas sobre a dificuldade de praticar os jogos eletrônicos originais por conta do seu elevado custo. Para analisar essa questão, duas pessoas conhecedoras do assunto foram convidadas para conversar com as crianças, deixando claro o quanto as empresas lucram com a comercialização, sem preocupar-se com o acesso de todos e todas.

O educador Jorge decidiu coletivamente com os(as) discentes tematizar o spinner, analisando a sociedade de consumo a partir desse jogo, explicando que muitos brinquedos surgem e somem, o que estimula um consumo desequilibrado e o lucro de poucas empresas envolvidas na produção desses artefatos culturais (OLIVEIRA JÚNIOR, 2018).

Os jogos de tabuleiro também fizeram parte de um projeto educativo que problematizou as relações socioeconômicas que atravessam as manifestações da cultura corporal (MALDONADO; BOCCHINI, 2015). O educador Daniel desenvolveu essa experiência educativa em uma escola municipal de São Paulo. Nesse contexto, o docente construiu jogos de tabuleiro com materiais alternativos com os alunos e as alunas. Após as vivências, o documentário “Criança: a alma do negócio” foi apreciado e debatido, possibilitando que os(as) estudantes analisassem a relação entre as propagandas na televisão e o consumo desenfreado de brinquedos por parte das crianças e adolescentes.

O processo de mercadorização dos jogos e brincadeiras também foi abordado pelo professor Vitor durante a tematização da brincadeira pega-varetas com uma turma de 6º ano do Ensino Fundamental de uma escola privada de Sorocaba (SP) (MELO; NEIRA, 2017).

Mais recentemente, Irias (2020) tematizou o jogo de taco numa escola municipal de São Paulo, problematizando as representações das atividades de lazer nas periferias dos grandes centros veiculadas pela mídia.

Ao realizar essas problematizações, esses(as) docentes buscaram organizar um projeto educacional para a formação de uma sociedade democrática e com justiça social. Concordamos com Torres Santomé (2013b) quando explica que as linguagens educacionais tecnocráticas estão sendo utilizadas atualmente como estratégia para desviar a atenção dos conteúdos culturais

verdadeiramente relevantes e necessários para a formação de estudantes críticos, solidários e que possam lutar por uma realidade mais equitativa.

Colocar em evidência saberes relacionados com as questões de classe social que atravessam as práticas corporais nas aulas de Educação Física possibilita organizar uma prática político-pedagógica que busca a justiça curricular (NEIRA, 2015), contemplando aspectos como inclusão de todos e todas e a valorização de grupos e culturas que estão presentes na sala de aula, mas são marginalizados pelos conhecimentos tradicionais disseminados pelos sistemas educativos (TORRES SANTOMÉ, 2013b).

Ainda é importante afirmar que estudos publicados por Ferreira e Castellani Filho (2012), Santos (2015), Araújo e Maldonado (2021) já apontaram a relevância da Educação Física como componente curricular que tematiza e problematiza saberes relacionados às manifestações da cultura corporal com a intencionalidade de proporcionar uma educação cidadã, humanizada e que preza por justiça social.

Na perspectiva de tematizar as práticas corporais que foram marginalizadas por quem possui mais poder na contemporaneidade, o professor Franz problematizou as representações dos(das) estudantes acerca dos jogos de cartas, desconstruindo as narrativas preconceituosas a respeito dessa prática corporal. Durante a experiência, os rapazes e as garotas refletiram sobre a representação do baralho, principalmente os discursos de que seria um jogo de pessoas que bebem ou gostam de ficar no bar, desqualificando os sujeitos que vivenciam os jogos de cartas, principalmente aqueles e aquelas com menor poder socioeconômico (LOPES, 2018).

Assim como Franz, o educador Leandro desenvolveu uma experiência educativa com os jogos de cartas, problematizando com os alunos e as alunas questões de justiça e desigualdades sociais relacionadas à prática corporal (SOUZA, 2018).

Ao tematizar o skate, o professor Jorge também desconstruiu os discursos em circulação sobre os skatistas que os posicionam como sujeitos que não trabalham ou usam drogas, fazendo referência à classe social dos(das) praticantes dessa manifestação da cultura corporal (OLIVEIRA JÚNIOR; LIMA, 2014).

Flávio, docente de uma escola estadual localizada na zona sul da cidade de São Paulo tematizou o futebol de várzea com os alunos e as alunas do 9º ano do Ensino Fundamental, interpretando a sua história, personagens e dificuldade de sobrevivência devido à especulação imobiliária e a expansão urbana que afetam a região em que a escola se localiza (SANTOS JÚNIOR; CRUZ, 2014).

Relações de desigualdades socioeconômicas foram abordadas na tematização do futebol de rua desenvolvido pelo professor Leandro numa escola estadual situada na capital paulista (NERY;

SOUZA, 2016). Nas atividades de ensino planejadas, o docente problematizou com os(as) estudantes sobre os espaços existentes nas periferias para vivenciar a prática corporal, analisando como as verbas públicas são utilizadas para construir quadras nos locais mais desassistidos de São Paulo.

Outra tematização que discutiu a desigualdade social foi realizada pelo professor Marcelo numa escola técnica estadual paulista. Nesse contexto, o professor Marcelo organizou uma experiência educativa intitulada “O rap como voz política na escola”. Nas aulas, Marcelo estimulou os(as) jovens do Ensino Médio a criarem letras de rap que abordassem temas relacionados às desigualdades socioeconômicas e à justiça social. Além disso, com a participação de um rapper convidado, planejou uma “batalha” entre os alunos e alunas, possibilitando novos debates e reflexões sobre o assunto (LIMA, 2018).

O rap como manifestação da cultura corporal também foi objeto de outro projeto educativo, desta vez, conduzido pela professora Aline em uma escola municipal de São Paulo. Após a leitura de algumas letras do gênero musical, os(as) discentes analisaram o rap como um manifesto acerca das condições sociais da periferia, denunciando o abandono, a exclusão social, as condições de habitação e moradia, o tráfico de drogas e o sistema perverso do poder paralelo (NASCIMENTO; VIEIRA, 2014). Já a professora Rose, em uma escola municipal do Rio Grande do Norte, refletiu com os alunos e alunas sobre a interferência da indústria cultural no movimento hip hop, mercadorizando, em muitos contextos, essa prática corporal (OLIVEIRA; BATISTA; MEDEIROS, 2014).

A análise dos relatos de experiência a partir da argumentação tecida por Arroyo (2013), constatamos que os currículos precisam considerar os saberes produzidos pelos grupos marginalizados na sociedade capitalista, na intencionalidade de não desperdiçar essa riqueza de vivências e indagações que chegam às escolas por meio dos discentes das camadas mais populares. Portanto, reestruturar os saberes problematizados nas aulas de Educação Física é preponderante para fortalecer a luta pela justiça social, principalmente aqueles conhecimentos relacionados aos marcadores sociais de desigualdades socioeconômicas que atravessam as danças, lutas, ginásticas, esportes e brincadeiras, produzindo sentido e significados para que as crianças, adolescentes, adultos e idosos permaneçam na escola e analisem as experiência humana produzida nas periferias da cidade como forma de resistência contra o neoliberalismo radical e desumano que avança no século XXI.

Indo ao encontro dos relatos apresentados até o momento, Neira (2022) amplia esse debate apontando que, nos dias atuais, muitas escolas produzem os seus projetos político-pedagógicos fomentando a busca pela justiça social, com grande contribuição da Educação Física, já que existem

conhecimentos científicos-pedagógicos suficientes para afirmar a efetividade das propostas curriculares da área comprometidas com a busca da formação de sujeitos solidários com vistas à constituição de uma sociedade equitativa e diversa.

Com a intencionalidade de debater sobre os espaços de lazer existentes nos bairros periféricos da cidade para vivenciar as práticas corporais, o professor Márcio, em uma escola municipal do Rio Grande do Sul, decidiu coletivamente com os alunos e as alunas refletir sobre as possibilidades existentes na comunidade, fazendo um mapeamento dos espaços de lazer próximos da unidade escolar. A política pública de saúde no Brasil também foi um tema que gerou debate, gerando a análise da realidade da única Unidade Básica de Saúde existente na comunidade, a partir do trabalho realizado por um grupo de estudantes. Nos círculos de cultura, os(as) envolvidos(as) no processo educativo evidenciaram o profissionalismo dos médicos e agentes de saúde que atuam no local, mas também mencionaram a insuficiência dos serviços para atender toda a demanda daquele contexto (COELHO, 2019).

Como o educador Márcio, o professor Daniel solicitou que os(as) discentes do ensino médio de uma escola técnica federal em São Paulo pesquisassem os valores que as academias de ginástica cobravam. Após a análise dos resultados, o docente convidou a nutricionista da escola para discutir com os alunos e alunas sobre os guias alimentares e a desigualdade socioeconômica e cultural da população brasileira e mundial. Além disso, um documentário suscitou o debate da relação das desigualdades econômicas com as possibilidades de lazer, saúde e qualidade de vida das pessoas (MALDONADO; NOGUEIRA; FARIAS, 2019).

O projeto educativo foi finalizado com uma pesquisa intitulada por Daniel como “arquitetura do bairro”, no qual cada estudante analisou como o território está estruturado para as pessoas realizarem atividade física e se alimentarem, deixando claro as diferenças entre as moradias dos sujeitos com maior e menor poder aquisitivo em São Paulo (MALDONADO; NOGUEIRA; FARIAS, 2019).

Na mesma escola federal, mas com outra turma, Daniel novamente realizou uma pesquisa com os alunos e as alunas relacionada aos valores cobrados pelas academias de ginástica. Entretanto, nessa experiência, o educador mostrou como elaborar um treinamento de musculação com materiais alternativos (garrafas pet com areia), possibilitando que as pessoas com menor poder aquisitivo pudessem elaborar o seu próprio treino. Além disso, durante as vivências relacionadas à ginástica para todos, os(as) estudantes realizaram apresentações dessa modalidade gímnica envolvendo a desigualdade social e o processo de ocupação das escolas que acontecia naquele momento histórico por conta das políticas neoliberais promovidas pelo governo estadual paulista (MALDONADO; FARIAS, 2017).

Daiana, docente de uma escola técnica estadual de São Paulo, organizou uma proposta educativa com características parecidas àquelas pensadas pelos professores Daniel e Márcio, propondo que os alunos e as alunas do Ensino Médio visitassem espaços de lazer e parques da comunidade e entrevistassem a população para compreender sobre a importância desses equipamentos como políticas públicas que possibilitam a melhora da qualidade de vida e a saúde das pessoas (SANTOS; MONDIN, 2018).

O futebol foi o esporte escolhido pelo professor Clayton, em conjunto com os alunos e as alunas, em que questões envolvendo a justiça social foram abordadas nas aulas de Educação Física, principalmente quando os debates sobre a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil aconteceram. O educador tratou com os(as) discentes sobre o consumo estimulado na coleção dos álbuns de figurinhas de futebol e os argumentos contrários à realização do megaevento, principalmente por conta da desapropriação de moradias próximas aos estádios em que os jogos aconteceram (BORGES, 2015).

Ao analisar as práticas avaliativas desenvolvidas durante as suas aulas de Educação Física no Ensino Fundamental e Médio, o professor Daniel também descreveu trabalhos realizados pelos(as) estudantes mostrando os gastos com a Copa do Mundo realizada no Brasil em 2014, no qual eles e elas realizaram uma análise crítica sobre o real legado da competição para o país (MALDONADO, 2016).

As experiências educativas aqui analisadas, ao problematizarem de forma coletiva a possibilidade de reconstruir os espaços de lazer das comunidades periféricas e marginalizadas, ou debater sobre o legado do megaevento esportivo realizado no Brasil com os(as) discentes, apontaram a utopia de transformar as instituições escolares de modo que elas incorporem uma democracia coletiva e mais plenamente participativa e igualitária, se contrapondo enfaticamente aos movimentos neoliberais, neoconservadores e populistas autoritários que defendem a efetivação de uma “modernização conservadora” nas políticas educacionais (APLLE, 2020). Consequentemente, por meio das ações didáticas, esses(as) educadores(as) politizam a prática pedagógica e lutam por justiça social.

Maldonado, Silva e Martins (2022) alertam que o período de redemocratização do Brasil foi extremamente relevante para que os debates curriculares da área de Educação Física passassem a levar em consideração a efervescência cultural, política, social e econômica da classe trabalhadora, potencializando a problematização da justiça social nos projetos educacionais desenvolvidos por educadores(as) que atuam no componente curricular nas escolas.

Portanto, ao tematizar diversificadas práticas corporais, tais como: minecraft (jogos eletrônicos), spinner (brincadeiras da moda), jogos de tabuleiro, jogos tradicionais, jogos de carta,

ioga, boliche, skate, futebol, tênis, rap e o hip hop e jogo de taco, os(as) docentes de Educação Física tensionaram as desigualdades socioeconômicas que atravessam qualquer brincadeira, dança, luta, esporte ou ginástica, problematizando os saberes historicamente construídos sobre essas manifestações e as pessoas que delas participam. Além disso, debates e reflexões sobre a realização de megaeventos esportivos no Brasil e os espaços de lazer existentes nas comunidades para que as pessoas possam vivenciá-las, também aconteceram na perspectiva de pensar, em conjunto com os alunos e as alunas, uma sociedade menos desigual.

Em diálogo com Kirk, Almeida e Bracht (2019), ressaltamos que na história das ideias pedagógicas podemos identificar, desde a década de 1970, o desenvolvimento de análises do papel da educação nas sociedades capitalistas (centrais e periféricas), bem como a paulatina construção de propostas pedagógicas de caráter “crítico” e “pós-crítico”. Não demorou muito para que essas propostas fossem discutidas, assimiladas e incorporadas às discussões no campo específico da Educação Física.

Assim, o último meio século foi fértil para que os professores e professoras de Educação Física conhecessem de forma mais aprofundada as teorias curriculares, compreendendo como que a política educativa está sendo pensada de acordo com o modelo de sociedade dos grupos que se encontrem no poder neste momento que vivemos. A partir disso, os educadores e as educadoras do componente interpretam, negociam, traduzem e recriam as políticas educativas educacionais neoliberais (BALL; MEGUIRE; BRAUN, 2016), resistindo à lógica empresarial, gerencialista e neoconservadora, organizando experiências político-pedagógicas de caráter progressista (MALDONADO, 2020), na intencionalidade de formar sujeitos que lutem pelos seus direitos, analisem as abissais desigualdades socioeconômicas que ainda persistem nos dias atuais e consigam compreender e ressignificar o patrimônio historicamente acumulado de conhecimentos pela humanidade que envolvem as práticas corporais, sejam eles científicos ou artesanais, desde que construídos na luta por movimentos de resistência (MALDONADO, 2021).

Todavia, considerando as contradições da realidade e as tensões presentes no currículo escolar, destacamos que as negociações/resistências observadas sistematicamente nos relatos de experiência analisados colocam em evidência as arenas de disputas que envolvem a tematização das práticas corporais em que foram problematizadas as representações de classe social impregnadas em busca de justiça social. Os professores e professoras do componente curricular que optam por organizar projetos educativos com essa intencionalidade, reconhecem que não existe neutralidade no processo educativo (APPLE, 2006) e, por consequência, as suas ações didáticas estão sempre imbricadas na formação de um sujeito que vai atuar para transformar a realidade social (SILVA, 2015).

Portanto, no processo de construção de todas as experiências aqui narradas, docentes e estudantes viveram intensamente a busca por uma sociedade menos desigual e, por consequência, gritaram contra tantas injustiças instaladas em um modelo neoliberal socioeconômico que privilegia as classes dirigentes e tenta impedir, com estratégias desumanas, qualquer possibilidade de transformação social dos grupos menos favorecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As 22 experiências político-pedagógicas em que os professores e as professoras de Educação Física problematizaram as desigualdades socioeconômicas relacionadas às práticas corporais, buscando a justiça social, possibilitaram que os alunos e alunas ampliassem a sua leitura de mundo sobre as condições em que vivem pessoas com menor poder aquisitivo, repensassem a própria realidade e tivessem condições de ampliar o seu pensamento sobre as desigualdades e injustiças reproduzidas na sociedade capitalista.

Levando em conta todas as contradições existentes na organização pedagógica dos professores e professoras de Educação Física que atuam na Educação Básica, eles e elas, nos relatos analisados, puderam analisar o atual desenho social e suas consequências nefastas para as práticas corporais e as pessoas que delas participam. Importante ressaltar que quando esses(as) educadores e educadoras valorizam as brincadeiras, danças, lutas, ginásticas e esportes marginalizados pelas elites econômicas, empreendem uma luta cultural pela mudança na representação, o que pode ser considerado um passo importante para uma atuação a favor da justiça social, em que todas as manifestações sejam valorizadas porque são dotadas de história, porque são traços das identidades culturais, além das suas vivências ocorrerem com múltiplos sentidos e significados para diferentes grupos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Camila dos Anjos; NEIRA, Marcos Garcia. O ensino da Educação Física: dos métodos ginásticos à perspectiva cultural. In: NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física Cultural**. São Paulo: Blucher, 2016. p. 69-86.
- ANYON, Jean. Somente a pedagogia crítica não basta: educação voltada à justiça social à participação política e à politização dos estudantes. In: APPLE, Michael; AU, Wayne; ANDIN, Luís Armando. **Educação crítica: análise internacional**. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 430-436.
- APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- APPLE, Michael. A luta pela democracia na Educação. In: APPLE, Michael. **A luta pela democracia na educação: lições de realidades sociais**. Petrópolis: RJ, Vozes, 2020. p. 9-38.
- ARAÚJO, Mauren Lúcia Braga; MALDONADO, Daniel Teixeira. Educação cidadã e a saúde na Educação Física Escolar: a humanização em tempos líquidos. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 33, n. 64, p. 1-26, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/82879>. Acesso em: 24/08/2022.

- ARROYO, Miguel González. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. *In: SACRISTÁN, José Gimeno. Saberes e incertezas sobre o currículo*. Porto Alegre: Penso, 2013b. p. 108-125.
- AU, Wayne; APPLE, Michael. Repensando a reprodução e o neomarxismo na teoria da educação crítica. *In: APPLE, Michael; AU, Wayne; ANDIN, Luís Armando. Educação crítica: análise internacional*. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 100-113.
- BALL, Stephen; MEGUIRE, Meg; BRAUN, Annete. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: UEPG, 2016.
- BEDIN, Gilmar Antonio. Cidadania. *In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Dicionário Crítico da Educação Física*. 3ª ed. Ijuí: Unijuí, 2014. p. 110-113.
- BEISEGEL, Celso Rui. **A qualidade do ensino na escola pública**. Brasília: Liber Livro, 2005.
- BONETTO, Pedro Xavier Russo. “Craftando” um currículo cultural de Educação Física: uma experiência pedagógica com o jogo Minecraft. *In: NEIRA, Marcos Garcia. Educação Física cultural: o currículo em ação*. São Paulo: Labrador, 2017. p. 178-189.
- BORGES, Clayton Cesar de Oliveira. A copa do mundo é nossa? **Conexões**: revista da faculdade de Educação Física da UNICAMP. Campinas, v. 13, n. 1, p. 162-179, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/2154>. Acesso em: 30/09/2020.
- BOSSLE, Fabiano. Nosso “inédito viável”: o professor de Educação Física intelectual transformador. *In: MALDONADO, Daniel Teixeira; NOGUEIRA, Valdilene Aline; FARIAS, Uirá de Siqueira. Os professores como intelectuais: novas perspectivas didático-pedagógicas na educação física brasileira*. Curitiba: CRV, 2018. p. 19-33.
- BOSSLE, Fabiano; BOSSLE, Cibele Biehl; NEIRA, Marcos Garcia. Desafios na docência da Educação Física Escolar. *In: BOSSLE, Fabiano; WITTIZORECKI, Elisandro Schultz. Didática(s) da educação física: formação docente e cotidiano escolar*. Curitiba, PR: CRV, 2016. p. 119-132.
- BRACHT, Valter. A Constituição das Teorias Pedagógicas em Educação Física. **Caderno Cedes**, Campinas, ano XIX, n. 58, p. 69 – 88, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/3NLKtc3KPprBBcvgLQbHv9s/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30/09/2020.
- CAMPOS, Rogério Campos. **A luta dos trabalhadores pela escola**. São Paulo: Loyola, 1989.
- CAMPTON, Mary; WEINER, Lois. Os sindicatos de professores e a justiça social. *In: APPLE, Michael; AU, Wayne; ANDIN, Luís Armando. Educação crítica: análise internacional*. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 437-450.
- COELHO, Márcio Cardoso. O círculo de cultura na Educação Física Escolar: uma prática educativa libertadora no contexto da rede municipal de ensino de Porto Alegre/RS. *In: SOUSA, Cláudio Aparecido; NOGUEIRA, Valdilene Aline; MALDONADO, Daniel Teixeira. Educação Física Escolar e Paulo Freire: ações e reflexões em tempos de chumbo*. Curitiba: CRV, 2019. p. 181-192.
- COELHO, Márcio Cardoso; MALDONADO, Daniel Teixeira; BOSSLE, Fabiano. Professor de Educação Física (escolar) intelectual transformador: resistências ao modelo gerencialista e neoconservador da educação de mercado. **Conexões**. Campinas, v. 19, e021027, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8660399>. Acesso em: 30/09/2021.
- FERREIRA, Flávio Cremasco; CASTELLANI FILHO, Lino. Escola e formação para a cidadania: qual é o papel da Educação Física. **Movimento**. Porto Alegre, v. 18, n. 4, p. 135-154, 2012. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/31706>. Acesso em: 24/08/2022.
- FRANZ, Carlos Oliveira Lopes. Pife, truco e uno, os jogos de cartas nas aulas de Educação Física. *In: NEIRA, Marcos Garcia. Educação Física cultural: relatos de experiência*. Jundiaí (SP): Paco, 2018. p. 80-90.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- GUERRA, Alexandre et al. **Atlas da exclusão social no Brasil: dez anos depois**. São Paulo: Cortez, 2014.
- IRIAS, Everton Arruda. Jogo de taco e o lazer da quebrada. *In: NEIRA, Marcos Garcia. Escrevivências da Educação Física cultural*. São Paulo: FEUSP, 2020. p. 65-70.
- IRIAS, Everton Arruda; LIMA, Maria Emilia. Boliche e Taco: jogando com as possibilidades. *In: NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mario Luiz Ferrari. Educação Física Cultural: por uma pedagogia da(s) diferença(s)*. Curitiba: CRV, 2016. p. 251-270.

- KIRK, David; ALMEIDA, Felipe Quintão; BRACHT, Valter. Pedagogia crítica da Educação Física: desafios e perspectivas contemporâneas. **Movimento**. Porto Alegre, v. 25, e-25061, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/97341>. Acesso em: 30/09/2021.
- KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 7. ed. Ijuí: Unijuí, 2006.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, José Carlos; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.
- LIMA, Marcelo Ferreira. O rap como voz política na escola. In: NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física cultural**: relatos de experiência. Jundiaí (SP): Paco, 2018. p. 140-154.
- MALDONADO, Daniel Teixeira. Refletindo sobre as práticas avaliativas nas aulas de Educação Física Escolar. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**. Ano 2, v. 2, p. 92-103, 2016. Disponível em: https://47e1bf12-b02d-4d36-84f4-15827910c76d.filesusr.com/ugd/db85a1_796e0b914f474e2381584046dc3c591a.pdf. Acesso em: 30/09/2020.
- MALDONADO, Daniel Teixeira. **Professores e professoras de Educação Física progressistas do mundo, uni-vos!** Curitiba: CRV, 2020.
- MALDONADO, Daniel Teixeira. Educação Física Escolar e justiça social no pós-pandemia: epistemologias pós-abissais e prática político-pedagógica progressista. **Temas em Educação Física Escolar**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/temasemedfisaescolar/article/view/3495/2118>. Acesso em: 12/12/2021.
- MALDONADO, Daniel Teixeira; BOCCHINI, Daniel. Os jogos de tabuleiro na escola pública: as três dimensões do conteúdo e o desenvolvimento do pensamento crítico. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**. Ano 1, v. 1, p. 44-53, 2015. Disponível em: <https://www.rebescolar.com/Conpefe/OS-JOGOS-DE-TABULEIRO-NA-ESCOLA-P%C3%9ABLICA%3A-as-tr%C3%AAs-dimens%C3%B5es-do-conte%C3%BAdo-e-o-desenvolvimento-do-pensamento-cr%C3%ADtico>. Acesso em: 30/09/2020.
- MALDONADO, Daniel Teixeira; FARIAS, Uirá de Siqueira. Educação Física Escolar no Ensino Médio: tematizando as ginásticas na rede federal de ensino. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**. Ano 3, v. 1, p. 28-36, 2017. Disponível em: https://47e1bf12-b02d-4d36-84f4-15827910c76d.filesusr.com/ugd/db85a1_7a5e556cfff44bd589975f4e75fc2d42.pdf. Acesso em: 30/09/2020.
- MALDONADO, Daniel Teixeira; FARIAS, Uirá de Siqueira; NOGUEIRA, Valdilene Aline. Educação Física e linguagem: por uma ecologia de saberes das práticas corporais na Educação Básica. In: MALDONADO, Daniel Teixeira; FARIAS, Uirá de Siqueira; NOGUEIRA, Valdilene Aline. **Linguagens na Educação Física Escolar**: diferentes formas de ler o mundo. Curitiba: CRV, 2021. p. 223-238.
- MALDONADO, Daniel Teixeira; NOGUEIRA, Valdilene Aline; FARIAS, Uirá de Siqueira. Educação Física na escola pública: professoras e professores como intelectuais da sua prática pedagógica. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**. Ano V, v. 2, p. 22-36, 2019. Disponível em: https://www.rebescolar.com/files/ugd/13efaf1_28938ab63ecc48b3b3565d38fb82ed4c.pdf. Acesso em: 30/09/2020.
- MALDONADO, Daniel Teixeira; SILVA, Maria Eleni Henrique; MARTINS, Rafael Moreira. **Educação Física Escolar e justiça social**: experiências curriculares na educação básica. Curitiba: CRV, 2022.
- MARCASSA; Luciana Pedrosa; ALMEIDA JÚNIOR, Admir Soares; NASCIMENTO, Carolina Picchetti. **Ensino de Educação Física e formação humana**. Curitiba: Appris, 2021.
- MAZZONI, Alexandre Vasconcelos. A cultura oriental na escola. In: NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. **Praticando estudos culturais na Educação Física**. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2009. p. 125-132.
- MELO, Vitor de Castro; NEIRA, Marcos Garcia. “Meu jogo, minhas regras”: desconstruindo a mercadorização do brincar de pega-varetas. **Cadernos de Formação RBCE**. v. 8, n. 1, p. 9-20, 2017. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/view/2234/1213>. Acesso em: 30/09/2020.
- MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós críticas ou sobre como fazemos as nossas investigações. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 17-24.
- NASCIMENTO, Aline Santos; VIEIRA, André. Tematizando o rap na escola: dias de luta ou dias de glória. In: NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. LIMA, Maria Emilia. **Educação Física e culturas**: ensaios sobre a prática – volume 2. São Paulo: FEUSP, 2014. p. 261-282.
- NEIRA, Marcos Garcia. A Educação Física em contextos multiculturais: concepções docentes acerca da própria prática pedagógica. **Currículo sem Fronteiras**, v. 8, n. 2, p. 39-54, jul./dez., 2008. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol8iss2articles/neira.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

- NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física**: coleção a reflexão e a prática de ensino. São Paulo: Blucher, 2011.
- NEIRA, Marcos Garcia. O currículo cultural da Educação Física: uma resposta aos dilemas da contemporaneidade. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 06, n. 31, p. 276-304, mai/ago, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723816312015276>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física cultural**: inspiração e prática pedagógica. 2ª Ed. Jundiaí [SP]: Paco, 2019. Disponível em http://www.gpef.fe.usp.br/teses/marcos_41.pdf. Acesso em: 28 ago. 2022.
- NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. **Pedagogia da cultura corporal**: crítica e alternativas. São Paulo: Phorte, 2006.
- NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. **Educação Física, currículo e cultura**. São Paulo: Phorte, 2009.
- NEIRA, Marcos Garcia. Por uma sociedade menos injusta: experiências com a Educação Física cultural. **Linhas Críticas**. v. 28, e40779, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/40779>. Acesso em: 24/08/2022.
- NERY, João Paulo dos Reis; SOUZA, Leandro Rodrigo Santos. Povo x Multidão: a luta continua. In: NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mario Luiz Ferrari. **Educação Física Cultural**: por uma pedagogia da(s) diferença(s). Curitiba: CRV, 2016. p. 197-231.
- OLIVEIRA, Ingrid Patrícia Barbosa; BATISTA, Alison Pereira; MEDEIROS, Rosie Marie Nascimento. Educação Física e a linguagem do hip hop: um diálogo possível na escola. **Conexões**: revista da faculdade de Educação Física da UNICAMP. Campinas, v. 12, n. 2, p. 166-189, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/2175>. Acesso em: Acesso em: 30/09/2020.
- OLIVEIRA JUNIOR, Jorge Luiz. Tematizando o “troço” que gira rápido: o spinner nas aulas de Educação Física. In: NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física cultural**: relatos de experiência. Jundiaí (SP): Paco, 2018. p. 108-117.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Jorge Luiz; LIMA, Maria Emília. Skate(s) na Educação Física Escolar. In: NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. LIMA, Maria Emília. **Educação Física e culturas**: ensaios sobre a prática – volume 2. São Paulo: FEUSP, 2014. p. 245-259.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 25-47.
- SANTOS, Daiana Machado; MONDIN, Maria Teresa. Apropriando-se dos espaços de lazer da cidade: refletindo sobre as relações entre tempo livre, lazer e trabalho nas aulas de Educação Física no Ensino Médio. In: NOGUEIRA, Valdilene Aline; MALDONADO, Daniel Teixeira; FARIAS, Uirá de Siqueira. **Educação Física Escolar no Ensino Médio**: a prática pedagógica em evidência 2. Curitiba: CRV, 2018. p. 159-176.
- SANTOS, Marcel Ivan. Escola, Educação Física e juventude: caminhos para a cidadania. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 27, n. 46, p. 154-170, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2015v27n46p154>. Acesso em: 24/08/2022.
- SANTOS JÚNIOR, Flávio Nunes; CRUZ, Alessandro Marques. A várzea chegando ao centro. In: NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. LIMA, Maria Emília. **Educação Física e culturas**: ensaios sobre a prática – volume 2. São Paulo: FEUSP, 2014. p. 15-34.
- SCHWARCZ, Lília Mortiz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SOARES, Carmen Lúcia et al. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- SOUZA, Leandro Rodrigo Santos. Tênis: um lob de direita. In: NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física cultural**: o currículo em ação. São Paulo: Labrador, 2017. p. 128-142.
- SOUZA, Leandro Rodrigo Santos. Dominó: sorte, azar e estratégia. In: NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física cultural**: relatos de experiência. Jundiaí (SP): Paco, 2018. p. 118-132.
- SPOSITO, Marília Pontes. **O povo vai a escola**: a luta pela expansão do ensino público em São Paulo: São Paulo: Loyola, 1984.
- SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**: sua história, seus sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018a.
- SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: Leya, 2018b.

STIGGER, Marco Paulo. **Educação Física + Humanas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. **Currículo escolar e justiça social**: o cavalo de Troia da educação. Porto Alegre: Penso, 2013a.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. Currículo, justiça e inclusão. *In*: SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013b. p. 71-86.

WORTMANN, Maria Lucia Castagna. Análises culturais – um modo de lidar com histórias que interessa à educação. *In*: COSTA, Maria Vorraber. **Caminhos Investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 71-90.

NOTAS DE AUTOR

AGRADECIMENTOS - Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA - Não se aplica.

FINANCIAMENTO - Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM - Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - Não se aplica

CONFLITO DE INTERESSES - Não se aplica

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência - ISSN 2175-8042** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

EDITOR DE SEÇÃO

Silvan Menezes dos Santos

REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS

Juliana Rosario, Maria Vitória Duarte

HISTÓRICO

Recebido em: 08 de fevereiro de 2022

Aprovado em: 05 de setembro de 2022